

É inevitável a recessão nos próximos 6 meses?

Sebastião Marcos Vital

A resposta, taxativa, é não! A recessão não é necessária, nem desejável, como terapia para a problemática atual do País. Não se receita, apenas se tolera como efeito colateral, a recessão como estratégia de política econômica. As mudanças de rumo requeridas pela economia brasileira, esperadas até o final do ano, podem então ser encaminhadas sem que se aprofunde o processo depressivo.

O que gerou o atual processo recessivo, e a falsa impressão que a recessão é a saída para alguns dos principais problemas nacionais — inflação, desequilíbrio no balanço de pagamentos e elevado déficit do setor público —, foi a inadequada combinação de instrumentos.

Assim, depois de se afastarem das "Diretrizes do Governo" nos anos de 1979 e 1980, e amargarem adversos resultados, os executivos do setor público mudaram, novamente, em 1981, os rumos da política econômica. Os postulados passaram a ser: 1. agricultura, energia e exportações como prioridade cronológica; 2. manutenção da política de subsídio ao crédito, exportação e alguns produtos; 3. imposição de limites quantitativos ao crédito para evitar expansões monetárias desmesuradas e obrigar os agentes a buscarem recursos no exterior; 4. liberação da taxa de juros para as demais atividades não incluídas nas prioridades; 5. fim das prefixações e retorno ao esquema das minidesvalorizações, de acordo com a evolução do processo inflacionário; 6. manutenção dos reajustes semestrais e obrigatórios dos salários; e 7. fim dos controles de preços.

A limitação do crédito transformou os bancos em butiques

A combinação de 1,2,3 e 5 e o "atraso" na concessão das desvalorizações do cruzado gerou a situação recessiva que ora se observa, através de mecanismos que a seguir são analisados.

Primeiro, a definição das prioridades nacionais — agricultura, energia e exportações — correspondeu a canalização de cerca de 70% dos recursos do sistema de autoridade monetária (Banco do Brasil + Banco Central) a eles, enquanto os demais (Indústria, Comércio e Serviços em Geral) tiveram de buscar crédito junto ao sistema bancário, a taxas (livres) de mercado (dada a liberação).

A imposição do limite quantitativo, por seu turno, buscou evitar expansão monetária excessiva, corolário natural de taxas de juros subsidiadas. Mas,

tornou artificialmente escasso o que era abundante, transformando os bancos em "boutiques". A indústria, comércio e serviços em geral se defrontaram com juros reais de 30% a 40% ao ano e pagaram, via taxas de juros, apreciável parcela dos subsídios concedidos à agricultura, energia e exportação. A parte remanescente foi coberta por acréscimo de tributação, aumento da dívida pública interna, que ajudou a pressionar ainda mais as taxas de juros livres, e, finalmente, pela colocação de papel-moeda em circulação e a consequente alta posterior dos preços (o popular imposto inflacionário).

O medíocre desempenho das exportações inibe a economia

Sujeitas a taxas de juros reais de 30-40%, e mais as pressões dos reajustes semestrais e obrigatórios de salários acima do INPC para os trabalhadores com rendimentos de zero a três salários mínimos, o grosso da mão-de-obra produtiva, a indústria, comércio e serviços reduziram o ritmo das atividades produtivas e emprego, gerando o processo recessivo que se observa. Para minorar a situação, e evitar o aprofundamento da crise nos próximos 6 meses, é necessário:

- eliminar o limite quantitativo de crédito;
- "casar" as operações de crédito interno com a tomada de determinado percentual de recursos externos, para garantir o financiamento do déficit do balanço de pagamentos em conta corrente;
- reduzir a parcela dos subsídios, de modo a minorar o déficit global do setor público e, portanto, tornar menos intensa a política de dívida pública (o que ajudaria a reduzir a taxa de juros); e
- aprimorar a lei salarial mantendo os reajustes semestrais obrigatórios para os que percebem de zero a três salários mínimos, na proporção integral de variação do INPC. Para os demais níveis vigoraria a livre negociação.

Do ponto de vista macroeconômico a estratégia até agora adotada correspondeu a uma **política monetária restritiva** e uma **política fiscal frouxa**. A combinação gerou queda na produção e emprego (recesso); juros elevados em termos reais e preços em elevação, no mais fiel estilo keynesiano. A nova terapia indicada mudaria o sinal das variáveis.

Se não bastassem as dificuldades já citadas, o "atraso" na política de minidesvalorizações em 1982, conjugados com a recessão mundial e a queda nos

preços das "commodities", eliminou o espaço para crescer que se pretendia criar no início do ano de 1982. Caso as exportações tivessem se acelerado de modo a atingir os US\$ 28 bilhões pretendidos pelo Governo, poder-se-ia facilitar o processo de crescimento pela maior disponibilidade de divisas para a importação de bens e serviços sem se comprometer a balança comercial. O medíocre desempenho das exportações, que não deverão ultrapassar os US\$ 21 bilhões, está obrigando o Governo a reprimir, por meios administrativos, as importações e, portanto, inibir o crescimento.

A solução aqui também precisa não ser traumática. Sugestões do tipo midi ou maxidesvalorização, câmbio duplo e quejandos parecem geradores de mais instabilidade que de solução. O comportamento mais adequado seria negociar, com os principais parceiros de comércio, a retirada paulatina dos subsídios às exportações e compensá-los com aceleração mensal das minidesvalorizações, num horizonte de dois ou três anos (processo similar foi negociado no início de 1979 com o GATT e aceito. A maxidesvalorização de dezembro de 1979 o estancou).

Os impostos diretos precisam incidir mais sobre os bens de capital

Do ponto-de-vista da política fiscal será ainda necessário, do ângulo da despesa, reduzir o ritmo dos projetos estatais, onde for tecnicamente viável, e só iniciar novos com a clara definição de recursos. Na perspectiva da receita, há claros espaços para a mudança do perfil dos tributos. Os impostos diretos (sobre a renda) que hoje se concentram sobre sua principal parcela — os salários — precisam incidir mais sobre os juros, lucros, dividendos e aluguéis, de modo não confiscatório, é preciso ressaltar, a fim de não se desestimular a poupança. A distribuição das receitas entre Governo Federal, estados e municípios precisa ser revista, pois a atual conspira contra o federalismo e, em última instância, contra o aprimoramento democrático.

As terapêuticas possuem variações de ênfase e intensidade de acordo com os formuladores. O que lhes dará legitimidade é o amplo debate e participação popular. Não se conhecem experiências vitoriosas duradouras no combate à inflação, e outras mazelas econômicas, sem a ampla participação da sociedade. Esta é parte indivisível dos regimes democráticos.

Sebastião Marcos Vital é bacharel em Economia, Mestre em Economia e possui Curso de especialização em Finanças na New York University.